



ASSOCIAÇÃO
EMPRESARIAL
DE BRAGA

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO

Aquisição de serviços de conceptualização das funcionalidades de uma Plataforma de Comércio Eletrónico e de uma aplicação móvel (App) de entregas de “última milha”, para o comércio de Braga e Lugo, no âmbito do projeto SOCILIBRE – SOCiedade Inclusiva y Logística Sustentável em Lugo e Braga, cofinanciado pelo Programa INTERREG

CADERNO DE ENCARGOS			
Aquisição de serviço de conceptualização das funcionalidades de uma Plataforma de Comércio Eletrónico e de uma aplicação móvel (App) de entregas de “última milha”, para o comércio de Braga e Lugo			
Referência do procedimento	CPV	PRAZO DO CONTRATO	PREÇO BASE
ADG/1/2025/AEB	72222000-7	120 Dias a seguir a publicação no BASE.GOV	6.097,56€

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

A entidade adjudicante, convidados, concorrentes, fornecedores/prestadores de serviços obrigam-se a dar rigoroso cumprimento ao disposto na legislação aplicável à proteção de dados pessoais, nomeadamente em relação ao consagrado no Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril e incorporado a execução na ordem jurídica interna através da Lei nº. 58/2019, de 08 de agosto.

Conteúdo

CADERNO DE ENCARGOS	4
PARTE I – Cláusulas gerais	4
Cláusula 1. ^a Objeto	4
Cláusula 2. ^a Contrato	4
Cláusula 3. ^a Prazo do contrato	4
Cláusula 4. ^a Poder de conformação	4
Cláusula 5. ^a Obrigações principais do adjudicatário	5
Cláusula 6. ^a Preço base	5
Cláusula 7. ^a Condições de pagamento	5
Cláusula 8. ^a Dever de sigilo	6
Cláusula 9. ^a - Transferência da propriedade e direitos de propriedade intelectual	6
Cláusula 10. ^a - Força maior	7
Cláusula 11. ^a - Resolução por parte da entidade adjudicante	8
Cláusula 12. ^a - Penalidades	8
Cláusula 13. ^a - Resolução por parte do adjudicatário	9
Cláusula 14. ^a - Gestor do contrato	9
Cláusula 15. ^a Contagem dos prazos	9
Cláusula 16. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual	9
Cláusula 17. ^a - Comunicações e notificações	9
Cláusula 18. ^a - Legislação aplicável	9
PARTE II – Cláusulas especiais	10
Cláusula 19. ^a - Especificações técnicas	10

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I – Cláusulas gerais

Cláusula 1.^a Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar pela AEBRAGA – Associação Empresarial de Braga, na sequência do procedimento de ajuste direto regime geral que tem por objeto principal a prestação de serviço de conceptualização das funcionalidades de uma Plataforma de Comércio Eletrónico e de uma aplicação móvel (App) de entregas de “última milha”, para o comércio de Braga e Lugo, no âmbito do projeto SOCILIBRE – SOCiedade Inclusiva y Logística Sustentável em Lugo e Braga, cofinanciado pelo Programa INTERREG.

Cláusula 2.^a Contrato

1. O contrato, é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a Prazo do contrato

O contrato mantém-se em vigor até à prestação integral dos serviços, prevendo-se a sua execução no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, com início na data de publicação do contrato no Base.Gov, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.^a Poder de conformação

5. Sem prejuízo da sua autonomia técnica, e dentro dos limites e termos do caderno de encargos e da proposta adjudicada, o adjudicatário aceita expressamente os poderes da entidade adjudicante, nos termos dos artigos 302.º e seguintes do CCP e demais legislação em vigor, de definição e conformação dos serviços a prestar, com vista a atingir os objetivos globais dos serviços a prestar.

6. O poder de conformação a que se refere o número anterior não prejudica nem diminui os deveres do adjudicatário de afetação dos recursos e desenvolvimento dos serviços, realizando todos os esforços para atingir a plena e integral execução do Contrato.

Cláusula 5.ª Obrigações principais do adjudicatário

2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de execução dos serviços identificados na sua proposta;
 - b. Obrigação de garantia de bom funcionamento de todos os serviços efetuados;
 - c. Obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato.
3. O prestador de serviços obriga-se a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
4. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação de serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
5. Não alterar as condições de fornecimento dos bens e serviços fora dos casos previstos nas especificações do presente caderno de encargos;
6. São igualmente da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes, licenças ou direitos de propriedade industrial ou intelectual.

Cláusula 6.ª Preço base

1. Pelo fornecimento dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a 6.097,56€ (seis mil e noventa e sete euros e cinquenta e seis cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal (se aplicável).
3. O preço referido no número 2, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente os relativos ao acondicionamento, embalagem, carga, transporte e descarga no local indicado para os bens de consumo, bem como seguros ou quaisquer outras despesas inerentes ao transporte (no caso de bens) ou nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças (no caso de serviços).

Cláusula 7.ª Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devida(s) pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) nos termos fixados nas especificações técnicas.

2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicantes, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à correção da fatura.
3. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292º do CCP.
4. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

Cláusula 8.ª Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicantes, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e documentação que fossem comprovadamente de domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.ª - Transferência da propriedade e direitos de propriedade intelectual

1. Os produtos que resultem da execução do contrato, bem como todos os resultados dos serviços prestados ao abrigo da bolsa de horas, serão considerados como obra de encomenda, nos termos do disposto do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, pertencendo à entidade adjudicante a titularidade dos mesmos, bem como a propriedade dos respetivos suportes.
2. A entidade adjudicante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os produtos referidos no número anterior, bem como manuais e qualquer documentação elaborada e fornecida ao abrigo do contrato a celebrar.
3. O adjudicatário não pode utilizar a favor de outras entidades, ainda que públicas, nem divulgar quaisquer elementos elaborados ao abrigo do presente contrato, salvo autorização prévia expressa, por escrito, da entidade adjudicante.
4. A titularidade dos direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer obras e materiais desenvolvidos, criados, modificados ou personalizados pelo adjudicatário para a entidade adjudicante ou pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato a celebrar, incluindo nomeadamente, escritos, relatórios, esquemas, desenhos, imagens, fotografias, especificações, parametrizações, dados em formato eletrónico e tabulações, inquéritos e questionários, invenções, inovações técnicas, know-how, processos, técnicas, métodos de investigação, documentos ou quaisquer outras criações, de qualquer natureza ou meio, (em conjunto “obras”) pertence à entidade adjudicante, ao abrigo do regime da obra por encomenda, cabendo exclusivamente a esta todos os direitos de propriedade intelectual a elas inerentes,

incluindo os previstos no n.º 4 do artigo 14.º e 49.º, ambos do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, considerando-se contrapartida suficiente a remuneração adjudicada.

5. O adjudicatário garante que todos os colaboradores afetos à execução do contrato, independentemente do vínculo jurídico possuído, foram atempadamente informados e aceitaram que os direitos de propriedade intelectual sobre as obras acima indicadas pertencem exclusivamente à entidade adjudicante. 6- Caso a entidade adjudicante seja demandada por violação de direitos constantes dos números anteriores, o adjudicatário indemnizá-la-á por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 10.^a - Força maior

- a. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- b. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- c. Não constituem força maior, designadamente:
- a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre eles recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- d. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- e. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 11.^a- Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo adjudicatário, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são, desde já, consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do adjudicatário:
 - a. Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do adjudicatário;
 - b. Prestação de falsas declarações;
 - c. Estado de falência ou insolvência;
 - d. Cessação da atividade;
 - e. Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do adjudicatário e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário.

Cláusula 12.^a - Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de pena pecuniária, em função da respetiva gravidade, no montante a fixar entre 1‰ (um por mil) e 5‰ (cinco por mil) do valor global da respetiva adjudicação, sem IVA.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a «AEBRAGA» tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
3. A «AEBRAGA» pode ainda exigir ao prestador de serviços, a título de sanção contratual, o pagamento de penalidade, por incumprimento de obrigações contratuais, nos termos seguintes:
 - a) Pelo incumprimento do prazo para a finalização dos trabalhos, por razão imputável ao prestador de serviços, fixado na Cláusula 2.^a pode ser aplicada uma sanção pecuniária calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$VS = 0,005 \times V \times t$$

Em que,

VS = valor da sanção (em euros);

V = valor do contrato;

t = número de dias úteis em incumprimento.

4. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
5. Nos casos em que seja atingido o limite máximo previsto no número anterior, e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 % (trinta por cento).
6. Em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo, nos termos do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante pode aplicar uma pena pecuniária até ao limite indicado no número anterior.

Cláusula 13.ª - Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

Cláusula 14.ª - Gestor do contrato

Será designado, no contrato a celebrar, um gestor do contrato da Entidade Adjudicante a quem compete o acompanhamento da gestão, nos termos do artigo 290.º-A do CCP.

Cláusula 15.ª Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias de feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 16ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

Cláusula 17.ª- Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª - Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

PARTE II – Cláusulas especiais

Cláusula 19.^a - Especificações técnicas

Enquadramento:

O projeto Socilibre - SOCiedade Inclusiva y Logística Sustentável em Lugo e Braga tem como objetivo ser um motor de mudança social e inclusão, com foco em grupos em risco de exclusão social, especialmente refugiados, em Braga (Portugal) e Lugo (Espanha). O projeto combina inovação logística, sustentabilidade e compromisso social, procurando construir uma ponte entre a inclusão digital, o desenvolvimento económico local e a integração laboral de grupos desfavorecidos.

No âmbito deste projeto, cofinanciado pelo Programa Interreg Espanha – Portugal, a AEB tem a responsabilidade de coordenar os trabalhos de uma atividade que visa a conceptualização das funcionalidades de uma Plataforma de Comércio Eletrónico e de uma aplicação móvel (App) de entregas de “última milha”, para o comércio de Braga e Lugo.

Descrição:

A ação A.3.1 foca-se na definição dos requisitos e funcionalidades da plataforma de comércio eletrónico e da aplicação móvel que servirão para coordenar o comércio e a entrega dos comerciantes envolvidos, os entregadores e os hubs logísticos.

As atividades incluem:

1. Definição de requisitos e características de uma plataforma de comércio eletrónico e de uma App de entregas de “última milha” com usuários e beneficiários principais:
 - Realizar uma análise exaustiva das necessidades e expectativas dos comerciantes locais, dos entregadores e dos consumidores para identificar os requisitos funcionais e não funcionais da plataforma (gestão de pedidos, pagamentos, catálogos de produtos, interação com os comerciantes locais, atribuição de rotas de entrega, comunicação entre os comerciantes e os usuários, etc.) e da App.
2. Capacitação dos comerciantes locais que formarão parte do sistema de entregas de “última milha” sobre as vantagens e possibilidades do novo sistema.
3. Estudo de incentivos para o uso da plataforma:
 - Identificar possíveis programas de recompensas, descontos, promoções ou outras iniciativas que motivem os usuários a utilizar a plataforma de forma recorrente.
 - Avaliar a viabilidade e o impacto de cada incentivo, considerando o orçamento e os objetivos do projeto.
4. Análise de boas práticas e tecnologias disponíveis:
 - Investigar e compilar informações sobre boas práticas no desenvolvimento de plataformas de comércio eletrónico e aplicações de entrega de última milha.
 - Avaliar tecnologias existentes e emergentes que possam ser utilizadas para melhorar a plataforma.
5. Consulta de mercado com fornecedores de soluções tecnológicas:
 - Estabelecer reuniões e apresentações com os fornecedores selecionados para obter informações detalhadas sobre suas soluções e serviços.
 - Analisar as propostas e cotações dos fornecedores, considerando fatores como custos, tempo de implementação, suporte técnico e capacidade de personalização.

Entregável:

Relatório com o caderno de requisitos e funcionalidades da plataforma de comércio eletrónico e aplicação móvel, de acordo com os tópicos.

2. Obrigações e encargos

Todas as despesas e custos com o objeto do contrato e respetivos documentos são da responsabilidade do prestador de serviços, incluindo eventuais despesas de deslocação e encargos com seguros.

3. Pagamento

- b) Relatório intercalar dos serviços desenvolvidos – 50%;
- c) Relatório final com conclusão e entrega do serviço – 50%.

O Diretor Geral da AEBRAGA – Associação Empresarial de Braga